

Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, deu-se início à 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a presidência do Magnífico Reitor Rafael Barreto Almada. Estiveram presentes os conselheiros: Paulo Roberto de Assis Passos (Ex-Reitor), Marilda Pimenta Melo (Representante Titular Firjan), Eurico Marchon Neto (Representante Titular SEDEIS), Elisa Suzana Carneiro Pôças (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Tiago Giannerini da Costa (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Suplente Diretores-Gerais), Eudes Pereira de Souza Júnior (Representante Titular Diretores-Gerais), Helton Rodrigo de Souza Sereno (Representante Titular Docentes), Danilo Spínola Caruso (Representante Titular Docentes), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docentes), Hélia Pinheiro Rodrigues Côrrea (Representante Suplente Docentes), Fábio Alves Araújo (Representante Suplente Docentes), Eládio Bandeira de Lima Filho (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Otávio Pereira Carneiro (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), André Vicente Tobias (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Fernando Rocha Beserra (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Dalva Baliano Lopes (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Eduardo do Carmo Castro (Representante Titular Técnicos-Administrativos), Thaís da Silva Alves (Representante Suplente Técnicos-Administrativos), Paulo Borges Mathias da Costa (Representante Titular Discentes), Irinéia de Souza (Representante Titular Discentes), Peterson Hotz de Medeiros (Representante Suplente Egressos), além dos servidores convidados Alessandra Paulon (PROET), Rodney Albuquerque (PROPI), Ricardo Esteves Kneipp (*Campus* Engenheiro Paulo de Frontin), Cristiane Henriques de Oliveira (PROEX) e Clenilson Sousa Júnior (PROEN). O presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos, e lembrando que a era a primeira reunião do Conselho Superior sob a presidência da nova gestão do IFRJ. Então, de acordo com a sequência da pauta, o presidente questionou se alguém havia enviado contribuições para a aprovação da ata da reunião anterior. O conselheiro Marco Aurélio Louzada disse que enviaria algumas contribuições, mas que não eram substanciais e não alteravam o mérito do texto do documento. Então, por unanimidade, a ata foi aprovada. Passando para o próximo ponto da pauta, o presidente questionou ao conselheiro Eládio Bandeira qual seria a alteração na ata da reunião de 20 de dezembro de 2017 que o conselheiro estava solicitando. O conselheiro respondeu que na referida reunião houve uma votação sobre a opinião dos conselheiros em relação à sua permanência no Conselho Superior; mas, na ata, constava a informação de que a votação foi sobre a aprovação da produção de um documento pelos conselheiros, para ser submetido ao procurador, favorável à permanência do conselheiro. A secretária Mônica Castro disse que havia ouvido novamente a gravação e que a solicitação do conselheiro era pertinente, e disse que iria revisar a ata. Dando sequência à pauta, o presidente destacou que ele foi empossado como Reitor do IFRJ em 07 de maio de 2018, sendo que a solenidade de posse ocorreu em Brasília no dia 08 de maio de 2018. O presidente informou a todos que seria realizada uma cerimônia no Teatro João Caetano, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no próximo dia 21 de maio, quando seria feita a apresentação da nova gestão e também algumas homenagens, além de celebrar os dez anos de criação dos Institutos Federais. O

presidente convidou todos os servidores, discentes e conselheiros externos para estarem presentes na solenidade. Ele destacou a importância da presença dos conselheiros, uma vez que eles possuíam um importante papel estratégico e político no Instituto. O

50 conselheiro Eduardo Castro perguntou se haveria disponibilização de transporte para os *campi* por parte da Reitoria. O presidente respondeu que dependeria da demanda apresentada, e pediu ao conselheiro que enviasse tal solicitação ao Gabinete da Reitoria. Então, o presidente observou que alguns nomes de sua gestão ainda não estavam

55 definidos, e informou a todos quem seriam os Pró-Reitores, que estavam presentes na reunião, sendo eles: Rodney Albuquerque (Proppi), Alessandra Paulon (Proet), e Cristiane Henriques (Proex), além do Igor Valpassos (Proad) e do José Arimathéa (Desenvolvimento Institucional), que não estavam presentes na reunião. O presidente disse que seriam usadas algumas ferramentas para dar agilidade ao andamento das

60 reuniões do ConSup e garantir a participação da comunidade acadêmica. Ele disse que as pautas seriam construídas junto com os conselheiros, de acordo com as demandas apresentadas, de forma a fortalecer o ConSup. Ele disse que seriam usadas também algumas tecnologias, como a transcrição do discurso real em texto, de forma que a ata pudesse ser enviada a todos com a maior brevidade possível, e disse que naquela

65 reunião já estava sendo realizado um teste com a referida ferramenta. Em seguida, o presidente concedeu a palavra ao conselheiro Marco Aurélio Louzada. O conselheiro destacou a presença do ex-Reitor, como conselheiro, o Professor Paulo Roberto de Assis Passos, e observou que o nome do ex-Reitor não constava na lista de presença. A secretária Mônica Castro disse que iria incluir o nome do Professor Paulo Assis na lista da reunião seguinte. O presidente disse que os ex-Reitores não estavam sendo

70 convidados para a reunião do ConSup anteriormente, por isso o nome não estava na lista. O conselheiro Paulo Assis disse que os ex-Reitores não eram convidados, mas sim convocados, uma vez que suas participações eram previstas no Regimento Interno do ConSup. O conselheiro Paulo Assis disse que os ex-Reitores eram convocados, mas o Professor Luiz Edmundo Vargas Aguiar havia deixado de comparecer às reuniões

75 depois de se aposentar. Então, o presidente agradeceu a presença do ex-Reitor. O Presidente reafirmou que na gestão do Prof. Paulo Assis não eram convidados os ex-Reitores. O conselheiro Paulo Assis disse que considerou importante sua presença na primeira reunião após a mudança de gestão, tendo em vista os assuntos antigos que ainda estavam na pauta, de forma que pudesse colaborar no que fosse possível. Em

80 seguida, o presidente abordou a questão da presença dos conselheiros suplentes nas reuniões. Ele destacou que havia uma delimitação de espaço na sala de reuniões, além da restrição orçamentária do Instituto, de forma que quando o titular estivesse presente, não deveria ser concedida a meia diária para o suplente. Ele disse que seriam feitas transmissões ao vivo das reuniões pelo Facebook da AsCom, de modo a aumentar a

85 participação de todos, além da transmissão que já era realizada pela DTI por meio do “streaming”. O conselheiro Fábio Araújo perguntou se haveria interação com quem estivesse assistindo às reuniões. O presidente respondeu que sim, que essa era a intenção de se fazer as “lives” no Facebook, que permitiam os comentários por parte de quem estivesse assistindo. O conselheiro Eudes Pereira questionou se essa possibilidade

90 de intervenção durante as reuniões estava prevista no Regimento Interno do ConSup, e se não estivesse, seria necessário incluir, de forma a garantir a legitimidade da ação, a qual ele julgava um avanço democrático de extrema importância. O conselheiro

ressaltou também que, em relação à participação dos suplentes, tratava-se apenas de uma sugestão, pois eles não poderiam ser impedidos de participar das reuniões, e o presidente concordou. O conselheiro Tiago Giannerini disse que poderiam ser usados outros lugares para resolver a situação de limitação de espaço, como o auditório do prédio da Reitoria no Centro do Rio de Janeiro. O presidente agradeceu a contribuição. O conselheiro Paulo Assis lembrou que a transmissão das reuniões ao vivo estava sendo feita desde 2014, e destacou também que a composição do Conselho Superior garantia a participação democrática dos representantes de cada segmento, através da participação de titulares e suplentes, todos com direito a voz, e a presença de titulares e suplentes do mesmo segmento, frente à presença de apenas os titulares de um outro segmento, enfraquecia essa última representação. Ele disse que aquele era o único Conselho que ele conhecia que garantia a participação de titulares e suplentes na mesma reunião, o que era um ato democrático, mas enfraquecia a representação com menos pessoas presentes em uma reunião. O presidente disse que esse assunto poderia ser um ponto de pauta futura. O conselheiro Danilo Caruso disse que, apesar da restrição orçamentária, todos os conselheiros eleitos tinham o direito de participar. Dando sequência à reunião, o presidente abordou o tema da pauta sobre a nota de apoio à candidatura de técnicos-administrativos ao cargo de Reitor, encaminhada pelo conselheiro Fernando Beserra. O presidente leu a nota encaminhada e concedeu a palavra ao conselheiro. O conselheiro Fernando Beserra disse que tentou redigir uma nota simples e clara, e ressaltou que tal demanda surgiu do segmento técnico-administrativo. Todos concordaram com o texto apresentado, e o presidente sugeriu que fosse retirada apenas a palavra “brasileiros” quando o texto se referia aos “institutos federais brasileiros”, e todos concordaram. Então, a nota de apoio foi aprovada por unanimidade. Passando para o próximo item da pauta, sobre a moção de apoio ao *Campus* Belford Roxo, o presidente lembrou a todos que o ponto fora encaminhado por ele enquanto ocupava a posição de conselheiro representante do segmento docente. Ele esclareceu que o texto fazia referência especificamente à questão da doação do terreno pela Prefeitura do município, apesar da existência de outros problemas no *campus*. Ele esclareceu aos conselheiros externos que os entes municipais estavam tentando impedir a instalação do *campus*, revogando a doação do terreno que fora realizada. O conselheiro Danilo Caruso disse que o *campus* precisava ser defendido pela comunidade acadêmica, mas não era possível deixar de dar atenção aos demais problemas que estavam ocorrendo, pois os assuntos estavam relacionados. Ele destacou a importância de se obter esclarecimentos a respeito do orçamento e das obras do *campus*. Ele disse que desde 2013 não foi realizada nenhuma obra, e esse era o argumento do prefeito para reaver o terreno. O conselheiro ressaltou o fato de que muitos servidores do *campus* estavam insatisfeitos com a falta de diálogo, e algo deveria ser feito a respeito. Ele lembrou que propôs, no âmbito do ConSup, a realização de uma nova consulta para Diretor-Geral do *campus*, mas sua sugestão não foi aprovada. Ele disse que os servidores solicitavam uma ação da Reitoria no *campus*, e pediram inclusive para retirar da moção a parte que citava a autonomia do *campus*. Ele solicitou que fosse pensada uma solução para os problemas, pois da forma que estava, o *campus* não funcionava, fosse por causa do terreno ou dos demais acontecimentos. O presidente destacou que a moção era concernente à instalação do *campus* no município, e que essa era uma pauta repesada, e ele quis levá-la para a reunião para que fosse votada a manutenção da moção ou sua retirada, tendo em vista que já havia passado

quase um ano desde a entrada do tema na pauta. O presidente disse que o ponto poderia  
140 ser retirado da pauta, e poderiam ser incluídas novas solicitações de esclarecimentos a  
respeito do *Campus* Belford Roxo, como a situação das obras e os problemas de  
relacionamento que estavam ocorrendo. O conselheiro Paulo Assis avisou que possuía  
um compromisso e teria que se ausentar da reunião às 11h. Ele disse que caberia muitos  
145 esclarecimentos aos fatos que o conselheiro Danilo Caruso pontuou, mas considerava  
que esse não era o tema em pauta. Ele disse que uma série de afirmações feitas pelo  
conselheiro não condiziam com a verdade, como, por exemplo, que nada havia sido  
feito no *Campus* Belford Roxo. O conselheiro Paulo Assis informou que foram  
investidos um milhão de reais no *campus*, e já estavam funcionando alguns cursos FIC e  
150 cursos técnicos. Ele disse que não concordava com a intervenção da Reitoria ou do  
ConSup no *campus*, pois os espaços democráticos deveriam ser respeitados. A  
conselheira Irineia Souza destacou que a eleição do Diretor-Geral do *campus* foi  
legítima, e os problemas estavam travando o trabalho no *campus*, fortalecendo ainda  
mais a vontade da prefeitura municipal de construir um supermercado no terreno, e  
155 lembrou que se o *campus* fosse fechado, os servidores teriam que ser distribuídos para  
os demais *campi*. O conselheiro Fábio Araújo disse que a produção da nota não fazia  
mais sentido, e era necessária a urgente abertura de espaços para se discutir a situação  
do *campus*. Em sua opinião, a autonomia era a capacidade de decidir os rumos do  
*campus*, mas os problemas ocorridos eram consequência de uma falta de planejamento e  
160 má gestão, e era importante debater o assunto para que os erros não fossem repetidos. O  
conselheiro disse também que a legislação que exigia os 5 anos de atuação na Rede para  
a candidatura aos cargos de Diretor-Geral deveria ser revista nos casos dos *campi*  
novos, e que isso era uma bandeira política que deveria ter sido levantada, mas não foi.  
Ele destacou que legalidade era diferente de legitimidade, e o grupo de servidores de  
Belford Roxo não reconhecia a legitimidade da gestão do *campus*. O conselheiro disse  
165 também que era preciso buscar uma solução efetiva e questionou quais investimentos  
foram feitos no *campus*. Ele pediu também esclarecimentos sobre o plano de metas do  
*campus*. O conselheiro Paulo Assis disse que caberia alguns esclarecimentos por sua  
parte, mas não iria fazê-lo pois esse não era o ponto de pauta em questão. Então, o  
presidente questionou se alguém teria alguma objeção sobre a inclusão do tema de pauta  
170 solicitando os esclarecimentos acerca da implantação e dos acontecimentos no *Campus*  
Belford Roxo. O conselheiro Fábio Araújo disse que era necessária a presença dos  
servidores do *campus* no debate dessa pauta, e o presidente concordou. O conselheiro  
Paulo Assis destacou que muitas informações sobre a implantação do *campus* poderiam  
ser encontradas no site institucional, e era importante que os conselheiros se apossassem  
175 dessas informações para que a discussão fosse frutífera. Todos concordaram com a  
inserção do tema na pauta. O conselheiro Fernando Beserra disse que o tema da moção  
de apoio ao *campus* poderia ser adiado, de forma que fosse votado após os  
esclarecimentos que seriam dados. Todos concordaram com a sugestão do conselheiro.  
O presidente destacou que, em sua gestão, os conselheiros poderiam intervir e fiscalizar  
180 as ações dos dirigentes, além de levar novos temas para debate, pois esse era o papel de  
contribuição dos conselheiros. Então, dando continuidade à pauta, o presidente disse  
que o próximo ponto havia sido encaminhado pela conselheira Gabriele Simões, a  
respeito da possibilidade de alternância dos dias das reuniões, pois os discentes eram  
prejudicados ao comparecer sempre às quartas-feiras nas reuniões, perdendo o conteúdo

185 da disciplina lecionada naquele dia, e/ou também o dia de estágio. O conselheiro Peterson Hotz sugeriu a alternância de turno, realizando algumas reuniões no período da tarde, mas mantendo o dia de quarta-feira, de modo que não prejudicasse os servidores que já se programaram para estar nas reuniões nesse dia da semana. O presidente pontuou que essa proposta atenderia aos discentes da composição atual do ConSup, uma  
190 vez que todos eram de *campi* da região metropolitana do Rio de Janeiro (Nilópolis, Realengo e Maracanã). O conselheiro Danilo Caruso disse que para os conselheiros dos *campi* distantes, a realização da reunião à tarde não era viável, pois se a reunião acabasse às 18h, por exemplo, um conselheiro que residisse em Volta Redonda seria bastante prejudicado. Ele disse que uma opção seria a mudança de dia, e não a mudança  
195 de turno. O conselheiro Otávio Carneiro disse que o problema não era o dia ou turno, mas sim a frequência, pois uma reunião que, pelo regimento, deveria acontecer de 2 em 2 meses, estava sendo realizada a cada 15 dias, em virtude da pauta represada, mas a perspectiva era de que a frequência iria diminuir com o andamento da pauta. A conselheira Irineia Souza disse que já havia se planejado para estar nas reuniões às  
200 quartas-feiras, e que todos já sabiam dos dias e horários das reuniões quando se candidataram. O conselheiro Helton Sereno disse que a alternativa que causaria menos impacto em todos seria a alternância de turnos, de forma que o término da reunião fosse em um horário razoável, levando em consideração aqueles que moram mais longe do município do Rio de Janeiro. O presidente registrou que, com sua saída da  
205 representação do segmento docente para assumir a presidência, o conselheiro Helton Sereno passou a ser o titular. O conselheiro Fábio Araújo apresentou sua preocupação sobre o esvaziamento da reunião caso o dia fosse alterado. O conselheiro Eduardo Castro propôs a realização de uma reunião integral, nos turnos manhã e tarde, até às 16h, pelo menos até a diminuição da pauta. O conselheiro Eudes Pereira disse que era importante destacar que os alunos conselheiros não poderiam ter falta dada pelo professor no dia em que estivessem na reunião do Conselho Superior, lembrando também que nesses dias o professor não poderia aplicar prova. Ele disse que defendia a alternância dos dias como uma experimentação, e concordou com a sugestão do  
210 conselheiro Eduardo Castro sobre a realização de reuniões ampliadas até a redução da pauta. A conselheira Elisa Pôças sugeriu a realização de dois dias seguidos de reunião para acelerar o andamento da pauta, e, depois, voltaria a ser a cada 2 meses. O conselheiro Paulo Assis se retirou. O conselheiro Eurico Marchon disse que a instituição era dinâmica, e estavam sempre sendo incluídos pedidos de pautas novas, ou aperfeiçoamento de pautas antigas, e defendia a preservação da data previamente acordada com todos os conselheiros, em prol da instituição, que deveria estar acima dos interesses particulares. O conselheiro Otávio Carneiro sugeriu a criação de um grupo de  
215 “Whatsapp” para que todos pudessem se comunicar com agilidade sobre a presença nas reuniões. Ele disse que era importante haver o registro de presença dos conselheiros em todas as reuniões. A secretária Mônica Castro disse que as listas de presença eram publicadas no site institucional, inclusive das reuniões em que não havia quórum. O  
220 conselheiro Fernando Beserra questionou a necessidade de se fazer as reuniões quinzenais, e sugeriu a realização de reuniões mensais, com maior duração. O conselheiro Fábio Araújo concordou com a proposta de reuniões mensais e sugeriu a tentativa de consolidar as temáticas estudantis em uma mesma reunião. O conselheiro  
230 Eládio Bandeira propôs a normatização do expediente de trabalho dos técnicos-

administrativos que eram conselheiros. Ele destacou o prejuízo causado pelas pautas represadas, como no caso da moção de apoio ao *Campus* Belford Roxo. O conselheiro Peterson Hotz disse que era complicado para um aluno do ensino médio se programar para comparecer às reuniões, mas o aluno da graduação poderia planejar seu horário com maior flexibilidade. Ele lembrou que era importante dar voz a todos os segmentos do ConSup, de forma democrática. Então, o presidente colocou o tema em votação. Primeiramente, foi votada a possibilidade de alternância dos dias. Foram 10 votos a favor da manutenção da reunião na quarta-feira e 3 votos contrários, ou seja, a favor da alternância de dias. Depois, foi votada a possibilidade de ampliação da reunião, pelo menos até a diminuição significativa da pauta. O conselheiro Paulo Borges ressaltou que os discentes estavam em período de provas, e não poderiam permanecer na reunião o dia todo, pois prejudicaria o dia de estudo para as provas. O presidente disse que iria agendar as reuniões ampliadas de acordo com o calendário acadêmico. Então, houve 10 votos a favor da realização de reuniões ampliadas, 3 votos contra e 2 abstenções. Então, o presidente encaminhou a votação sobre a alternância de turnos, após a realização das reuniões ampliadas. Foram 10 votos a favor da alternância de turnos, 2 votos contra e 1 abstenção. Em resumo, as deliberações aprovaram a permanência das reuniões na quarta-feira, com a realização de reuniões ampliadas até a redução significativa da pauta, e, após isso, a ocorrência de alternância de turnos. Em seguida, o presidente passou para o próximo tema da pauta: a revisão de artigos do regulamento do EaD. O presidente explicou que foram feitas adequações de alguns artigos, que já haviam passado pelos Conselhos Acadêmicos da Graduação e do Ensino Médio Técnico. O presidente concedeu a palavra à Pró-Reitora de Ensino, Alessandra Paulon. A Pró-Reitora esclareceu que as adequações realizadas eram no sentido de atender ao Decreto 9.057 publicado em maio de 2017, permitindo a oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Ela esclareceu também que na revisão das diretrizes e normas, passou a ser permitida a oferta de até 20% da carga horária total dos cursos de nível superior na modalidade EaD, e até 20% da carga horária diária dos cursos técnicos. Ela informou que o Caeg aprovou essa mudança, ressaltando a necessidade de revisão dos PPCs e disponibilização de infraestrutura necessária. Quanto ao Caet, a Pró-Reitora destacou que o referido Conselho ainda não havia revisado o regulamento, mas havia feito as alterações necessárias nos artigos referentes ao Ensino a Distância. O conselheiro Fábio Araújo questionou se era obrigatória a adesão ao EaD, mesmo que parcial, pelas instituições de ensino. A Pró-Reitora Alessandra Paulon disse que se tratava de uma possibilidade de adesão, por meio da autonomia concedida pelo MEC, através do Decreto nº 9.057/2017. O presidente observou que a iniciativa de revisão dos artigos do Regulamento que tratavam do EaD partiu dos Conselhos Acadêmicos, a partir da publicação do referido decreto. O conselheiro Fábio Araújo perguntou se a medida era aplicável a todos os cursos de graduação, e a Pró-Reitora Alessandra Paulon respondeu que sim. O conselheiro disse que esse era um bom tema para a realização de um seminário, de forma que a comunidade acadêmica pudesse se informar e debater sobre tais mudanças. A Pró-Reitora concordou com a sugestão, e informou que, nos casos dos cursos de graduação da área de saúde, a carga horária máxima de EaD era menor que 20%. O conselheiro Fábio Araújo manifestou sua preocupação no tocante à supressão dos cursos das áreas de Ciências Humanas no cenário da educação no país, e destacou a importância de disciplinas como Sociologia e Filosofia. O conselheiro Eudes

Pereira concordou com a fala e a preocupação do conselheiro Fábio Araújo, e apoiou a sugestão do Seminário de EaD. O conselheiro destacou também a necessidade de infraestrutura para a implementação da oferta de EaD. Então, o presidente procedeu à

280 votação das alterações dos artigos de EaD do Regulamento do Ensino da Graduação e do Ensino Médio Técnico. Nenhum dos conselheiros foi contrário à aprovação, mas houve 3 abstenções. Em seguida, o presidente passou para o próximo item da pauta, que era a aprovação da FACC – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica, para operacionalizar as incubadoras de empresas do Silício Fluminense. O

285 Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação e ex-Diretor-Geral do *Campus* Engenheiro Paulo de Frontin, Rodney Albuquerque, explicou que a FACC não era uma fundação vinculada ao MEC, mas sim ao MCTIC (Ministério de Ciências, Tecnologia, Inovação e Comunicação), e, por isso, era exigida uma aprovação, no âmbito do ConSup, para que a referida fundação pudesse operacionalizar as incubadoras de

290 empresas, parques tecnológicos, polos tecnológicos e demais projetos relacionados ao Ensino, Pesquisa e Extensão no IFRJ, de forma a permitir a transferência de tecnologia para a sociedade, por meio dos alunos. O Pró-Reitor esclareceu que esta etapa formal não desqualificava qualquer outra fase procedimental, como uma licitação, por exemplo. Então, o presidente leu o texto da minuta de resolução referente à deliberação

295 em questão. A minuta foi aprovada por unanimidade. Depois disso, o presidente apresentou o último ponto de pauta, referente à obrigatoriedade de oferta das disciplinas Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia, conforme era previsto na matriz curricular anterior à Reforma do Ensino Médio (Lei nº 3.415/2017). O conselheiro Marco Aurélio Louzada esclareceu que a proposta de inclusão desse tema na pauta foi uma iniciativa do conselheiro Jefferson Amorim. Então, a Pró-Reitora Alessandra Paulon apresentou a tramitação do ponto de pauta, informando que a demanda partiu de 122 servidores do IFRJ, posteriormente foi levada ao ConSup pelo conselheiro Jefferson Amorim, e, em seguida, hove o encaminhamento da proposta de resolução aprovada pelo Caet, incluindo também a disciplina de Língua Espanhola (de oferta obrigatória e optativa para os estudantes). Então, o presidente leu a minuta de resolução encaminhada pela Proen aprovando a obrigatoriedade das disciplinas Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia nas matrizes curriculares do ensino médio técnico, e a obrigatoriedade de oferta da Língua Espanhola, porém facultativa para os alunos. O presidente ressaltou que, naquele momento, três *campi* do IFRJ não possuíam professor de Língua Espanhola (Paracambi, Volta Redonda e Arraial do Cabo). Ele destacou que aquela deliberação se tratava de uma rejeição à Reforma do Ensino Médio. O conselheiro Danilo Caruso elogiou a iniciativa. O conselheiro Fábio Araújo parabenizou a discussão, e disse que o país estava passando por um momento de se afirmar certas obviedades. Ele reiterou a importância do fortalecimento das Ciências Humanas no IFRJ, que possuía uma tradição tecnológica muito forte. O conselheiro Eládio Bandeira parabenizou a condução do processo, e disse que foi procurado por uma professora de Língua Espanhola do *Campus* Rio de Janeiro, que informou a ele sobre a preocupação dos professores dessa disciplina. A conselheira Irineia Souza parabenizou e destacou também a importância da disciplina Educação Física, considerando a tradição do IFRJ em jogos e esportes. O conselheiro Wallace Nunes também parabenizou a iniciativa, e disse que não era possível formar profissionais sem a devida formação humana. O conselheiro Eudes Pereira também elogiou a iniciativa, sugerindo à gestão a

300

305

310

315

320

325 disponibilização de espaços de humanidades nos *campi*, e parabenizou o presidente pela  
condução da reunião. O conselheiro Fernando Beserra disse que aquele era um dia feliz  
para estar ali, lembrou que a nota de apoio aos técnicos-administrativos estava em pauta  
há bastante tempo, e parabenizou o presidente pela reunião. Então, a aprovação da  
330 resolução sobre a obrigatoriedade de disciplinas foi colocada em votação e aprovada por  
unanimidade. O conselheiro Eládio Bandeira pediu a palavra e solicitou que fosse  
colocada em pauta na reunião seguinte a recomposição do “GT Capacitação”,  
considerando que alguns membros iriam deixar o referido grupo de trabalho. O  
presidente pediu que os nomes fossem levados ao ConSup para serem referendados. O  
conselheiro Eládio Bandeira pediu aos Diretores-Gerais que incentivassem o trabalho do  
335 “GT 30 horas” dos TAE, pois o prazo de finalização das subcomissões estava próximo.  
O conselheiro informou a todos também que no próximo dia 18 de maio seria realizado  
o Fórum EJA na Reitoria, a partir de 10h. A Pró-Reitora Alessandra Paulon destacou a  
importância do Fórum, pois a formação de jovens e adultos era um dos objetivos do  
IFRJ. O presidente informou que os temas de pauta enviados por e-mail seriam  
incluídos. Ele disse também que seria enviada uma sugestão de pauta para a reunião  
340 seguinte, e os conselheiros poderiam dar suas contribuições e sugestões de inclusão. O  
conselheiro Eládio Bandeira destacou a solicitação feita anteriormente pelo conselheiro  
Marcelo Sayão sobre a comunicação dos conselheiros diretamente com a comunidade  
acadêmica para esclarecimentos e contribuições da pauta. A conselheira Irineia Souza  
reforçou a importância da aprovação do Regulamento da Carga Horária Docente, que  
estava sendo realizada em reuniões extraordinárias e deveria ser finalizada. O presidente  
345 agradeceu as contribuições e encerrou a reunião às doze horas e quinze minutos, e, nada  
mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, secretária do Conselho Superior, finalizo  
a presente ata, que seguirá assinada por mim e pelo presidente.